

SOLIDARIEDADES HORIZONTAIS E CRISE DA DOMINAÇÃO SENHORIAL NO IMPÉRIO (1860-1889)

Ronaldo Pereira de Jesus

Prof. Adjunto de História Contemporânea do Departamento de História da UFOP.

Em linhas gerais, as associações populares de socorros mútuos, beneficentes, profissionais e de classe que surgiram na cidade do Rio de Janeiro, principalmente antes de meados da década de 1880, foram, durante muito tempo, caracterizadas mediante parâmetros analíticos relativamente homogêneos, aparecendo na historiografia como uma forma relativamente menos importante de manifestação das classes trabalhadoras. Uma espécie de institucionalidade incompleta que teria sentido efetivo somente mais tarde, quando constituídos os “modernos” partidos e sindicatos, especialmente a partir da década de 1890. Nesse sentido, logo em 1952, Evaristo de Moraes Filho fez uma das primeiras alusões à temática histórica das associações, considerando desnecessário “esmiuçar documentos e alfarrábios para apontar a existência de fenômenos associativos profissionais desde os tempos do Império”. Sugere que seria compreensível a inexistência de organizações de natureza operária em meados do século XIX, devido ao caráter escravista da sociedade brasileira e da insipiência do desenvolvimento industrial, não havendo “clima próprio à organização coletiva do trabalho”¹.

Afirma-se, em resumo, que a década de 1880 contempla o processo de separação definitiva entre, por um lado, as antigas formas de organização, ligadas à realidade econômica e sócio-política do escravismo e do império, e, por outro lado, as primeiras manifestações do movimento operário e sindical com feições mais contemporâneas. Teríamos, portanto, antes, as associações beneficentes e de ajuda mútua limitadas pelo tímido processo de formação das classes trabalhadoras urbanas na sociedade escravista, e depois, os partidos, os sindicatos, as greves, os comícios e a imprensa operária, em moldes bastante parecidos com os atuais. A força desse contraste, acentuado pelos desdobramentos heróicos do movimento operário e sindical de inspiração anarquista, nas primeiras décadas do século XX, de certa forma releva as associações fundadas no século

XIX para uma posição mais secundária do que efetivamente ocuparam no núcleo urbano da formação social monárquica escravista.

Tal quadro analítico sofreria uma alteração significativa entre o final da década de 1980 e o início de 1990, quando se destacam na produção historiográfica brasileira trabalhos inspirados no ***The Making of English Working Class*** de E. P. Thompson. Isso não quer dizer que Thompson fosse desconhecido dos historiadores brasileiros até então. Porém, podemos afirmar que, até o final dos anos de 1980, o volume de pesquisas sobre o movimento operário no Brasil ainda não permitia alçar completamente a noção de classe como fenômeno histórico. Obviamente, não por incapacidade dos historiadores pioneiros dos anos 70 (Boris Fausto, Michael Hall, Francisco Foot Hardman, Paulo Sérgio Pinheiro, K. Munakata, Ricardo Antunes, Eulália Lobo, Eduardo Stotz, L. S. Maram e muitos outros). Mas, porque seria necessário o trabalho inicial destes últimos, sobre a estrutura social da classe trabalhadora brasileira e suas formas de organização política e sindical, para que, a partir daí, fosse possível pensar mais profundamente a classe como sujeito de sua própria história, e a formação da classe e da consciência como fenômenos históricos.

Neste sentido, os trabalhos de Ângela de Castro Gomes (1988) e de Cláudio Batalha (entre 1986 e 1992) estabeleceram um novo patamar para a pesquisa da classe trabalhadora e do movimento operário no Brasil², porque se aproximam bastante do desempenho de Thompson no que diz respeito à relação entre evidências empíricas e formulações e reformulações de conceitos ou categorias históricas. Mais adiante, Cláudio Batalha levaria às últimas conseqüências a adoção da noção de classe como fenômeno histórico e passaria a analisar o fenômeno associativo na segunda metade do século XIX como experiência sem a qual não poderíamos compreender o movimento operário no século XX³. Todo volume 6 do *Cadernos AEL*, dedicado ao estudo das “sociedades operárias e mutualismo”, serviria para consolidar tal perspectiva, que pretende compreender mais profundamente o fenômeno histórico de formação das classes trabalhadoras no Brasil do século XIX e a gênese do movimento operário e sindical (especialmente no Rio de Janeiro).

Na medida em que possibilita estabelecer uma ligação teórico-causal entre a história do moderno movimento operário e sindical, ao longo do século XX, e o rol de suas heranças intrínsecas advindas do século XIX.

Ao analisar as práticas que marcaram o movimento operário e sindical na Primeira República, Cláudio Batalha caracteriza a consciência da classe trabalhadora como “reformista”. Tal reformismo envolveria um conjunto de correntes ideológicas distintas, sustentando “uma série de práticas sindicais idênticas ou muito semelhantes”, abrangendo associações operárias com tendências ideológicas que iriam “desde o socialismo reformista ao mais estreito tradeunionismo, passando por correntes que se arvoravam republicanas sociais ou corporativistas”⁴. Entre as principais práticas desse movimento operário e sindical reformista, sintetizadas por Batalha, encontramos: 1. a greve como último recurso; 2. a tentativa de consolidar as conquistas trabalhistas através de medidas legais; 3. o apelo a serviços intermediários na defesa dos interesses de classe (advogados políticos, representantes dos poderes públicos); 4. a defesa de sindicatos fortes e ricos – “recorrendo à beneficência como forma de assegurar o número de associados e a entrada de recursos”; e 5. a tentativa de conquistar espaços de participação institucional, lançando candidatos próprios em eleições parlamentares ou apoiando candidatos comprometidos em defender os interesses dos trabalhadores⁵.

Não nos devemos surpreender se estes e outros elementos – relacionados a possíveis formas de corporativismo, proto-trabalhismo e paternalismo internalizados pelas classes trabalhadoras – forem antevistos no cotidiano das associações criadas ao longo da segunda metade do século XIX na cidade do Rio de Janeiro, como afirmamos anteriormente. O que facilita a compreensão dos padrões históricos de comportamento e organização que perpassam ainda hoje o movimento operário e sindical no Brasil. Quer dizer, fazem parte do conjunto das “experiências comuns”, “herdadas ou partilhadas”, “tratadas em termos culturais” pelas consciências coletivas, ainda que de grupos restritos de trabalhadores, e “encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”, como diria Thompson, que remontam neste caso ao Estado Novo, à Primeira

República e ao período imperial. No caso específico das associações de trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, Cláudio Batalha sustenta que “as sociedades de socorros mútuos eram a única forma legalmente viável de organização para os trabalhadores manuais após 1824”, e que grande parte dessas associações tinha por objetivo “algo mais do que o socorro aos associados, que servia de justificativa para sua existência; seu verdadeiro objetivo era a defesa profissional”⁶.

Recentemente, o estudo do fenômeno associativo tem se disseminado com relativa intensidade. Podemos destacar os trabalhos de Adhemar Lourenço da Silva Jr.⁷ e de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi⁸, em que as pesquisas sobre o mutualismo, respectivamente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, aprofundam o debate sobre a relação entre as corporações de ofício do século XIX, as irmandades, as associações de auxílio mútuo e beneficentes e o moderno movimento operário.

Diante do panorama historiográfico, ressalta o fato de que, pelo menos, dois desafios se colocam para o estudo das associações beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), erigidas na capital do Império entre 1860 e 1887, que agregavam ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, executores de ofícios indignos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão. Primeiro, a necessidade de se observar as associações independentemente da atração que sobre este tema exerce a questão da formação da classe trabalhadora e do movimento operário e sindical, ou seja, a partir de um referencial teórico-metodológico e histórico próprios. E, segundo, conseqüentemente, traçar o esboço de uma periodização específica para o fenômeno associativo, especialmente para o período monárquico.

Neste sentido, vale notar que, para além do relevante espaço que Sidney Chalhoub reservou à análise das sociedades que agregavam ex-escravos e “homens de cor” no Rio de Janeiro imperial, em *Machado de Assis: historiador* (2003)⁹, a reconstrução histórica do contexto de crise dos mecanismos de dominação política e cultural da ideologia senhorial nos fornece os elementos necessários para demarcar as especificidades do fenômeno

associativo, ao equacioná-lo entre as experiências de solidariedades horizontais manifestas na segunda metade do século XIX.

Podemos afirmar que desde o início da década de 1850, até a guerra contra o Paraguai, a sociedade brasileira vivenciou a hegemonia da ideologia da classe senhorial escravista, em que predominavam os mecanismos de dominação característicos do “tempo saquarema”¹⁰. Tal período demarcou o predomínio das práticas sociais através das quais os senhores/ chefes de família / proprietários sustentavam sua “hegemonia política e cultural”. O traço fundamental da tradição encerrada em tais práticas consistia na “política de domínio”, sustentada pelo princípio da “inviolabilidade da vontade senhorial”, sobre a qual se estruturava a “ideologia de produção de dependentes”, que, por sua vez, organizava e dava “unidade de sentido a todas as práticas sociais”. O centro do domínio político e cultural, nesta sociedade, residia na “produção de dependentes”, entre os quais o escravo ocupava a posição de maior submissão¹¹.

Predominava, entre 1850 e 1860, o “ideário de dominação de classe”, segundo o qual, a vontade do senhor / chefe de família / proprietário dava sentido às relações sociais que o circundavam, e era inviolável. De tal modo que, do ponto de vista da classe senhorial, o mundo a sua volta era encarado como expansão ou concessão de sua vontade. Para além disso, a hegemonia do ideário senhorial de dominação levava, necessariamente, os dependentes à introjeção dos “valores e significados que organizavam o mundo”, a partir do ponto de vista do senhor, embora não necessariamente de forma acrítica. As relações sociais verticais estavam assim marcadas pela tensão que se estabelecia entre, por um lado, a experiência e as respectivas demandas dos dependentes e, por outro lado, a organização destas a partir da “introjeção crítica” dos valores dos senhores. Desta forma, delimitavam uma ideologia que era “produto e ao mesmo tempo instituinte de um contexto de luta de classes”, e que permitia aos senhores / chefes de família / proprietários pensar e dizer que estavam “concedendo”, quando na verdade estavam “cedendo a pressão”, ou, pelo menos, “reconhecendo a existência de antagonismos sociais”¹².

Trata-se, segundo Sidney Chalhoub, do predomínio da ideologia do paternalismo, entre os anos de 1850 e 1860, que se pode definir como sendo uma política de domínio na qual a vontade senhorial se apresenta como inviolável e, segundo a qual, os trabalhadores e demais subordinados, em geral, apenas podiam se posicionar como dependentes em relação a essa “vontade soberana”¹³. No entanto, mesmo partindo do espectro estabelecido pela hegemonia do paternalismo, podemos caracterizar as práticas que agrupavam ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, executores de ofícios indignos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão – materializadas nas sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais) erigidas na capital do Império – como práticas de solidariedades horizontais. Para tanto, devemos observá-las como portadoras de uma “cultura emergente” na sociedade monárquica escravista brasileira, e analisá-las a partir do conceito de “experiência”, de acordo com o sentido atribuído por E. P. Thompson a esta categoria. Ou seja, devemos entender, de modo mais amplo, as ações dos homens e mulheres que erigiram as sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), no Rio de Janeiro entre 1860 e 1887, como “experiência humana”. Como respostas mentais e emocionais e/ou não-formalizadas, sustentadas por grupos ou indivíduos, diante de muitos acontecimentos inter-relacionados¹⁴. Ou ainda, como práticas sociais em que homens e mulheres atuaram como sujeitos históricos,

[...] como pessoas que experimentaram suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “trataram” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* e agiram, por sua vez, sobre sua situação determinada¹⁵.

De tal modo, podemos afirmar, acerca da situação dos dependentes em uma sociedade permeada pela hegemonia política e cultural do paternalismo, em primeiro lugar, que o paternalismo era tão somente uma “auto-descrição da ideologia senhorial”. Era “o mundo idealizado pelos senhores”, ou seja, “a sociedade imaginária que eles se empenhavam em realizar no cotidiano”. Em segundo lugar, que a vigência da ideologia paternalista não significava, necessariamente, a inexistência de “solidariedades horizontais”

e de “antagonismos sociais”. Logo, era possível a criação de “sistemas alternativos de crenças e valores no contexto da tentativa de dominação ideológica” senhorial, de opressão e de exploração a que os dependentes estavam submetidos. Por fim, devemos observar que subordinação não significa passividade¹⁶.

O paternalismo não reconhecia atores e ações políticas que “expressassem antagonismos em relação à sua visão de mundo”. E tal visão de mundo viveu o seu período de maior poder e prestígio no segundo reinado. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1860 evidenciaram-se os primeiros sinais da crise que afetaria as estruturas tradicionais de poder, cujo momento decisivo foi a aprovação da “lei do ventre livre” (1871). Desde então, teve início o processo de corrosão contínua da “lógica hegemônica de reprodução das hierarquias e desigualdades sociais”, que relacionavam liberdade, escravidão e dependência na sociedade escravista monárquica. A “lei do ventre livre” foi o elemento decisivo na “luta para submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei”, na medida em que pressupunha a intervenção do governo nas relações entre os senhores e escravos, e, portanto, “desrespeitava direitos de propriedade e comprometia a política de domínio sobre os cativos”, que era a base do domínio senhorial¹⁷.

Devemos, então, observar as principais características das sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), erigidas na capital do Império – que agregavam ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, executores de ofícios indignos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão –, entendidas como manifestações de solidariedades horizontais, e tendo em vista os efeitos que sobre elas exerceram os três momentos diferentes no arranjo dos mecanismos de dominação política e cultural da sociedade monárquica escravista. A saber: 1. sob a hegemonia do paternalismo (1850-1866); 2. no contexto da crise das estruturas tradicionais de dominação (1866-1871); e, finalmente, 3. durante o processo de corrosão contínua da lógica de reprodução das hierarquias e desigualdades sociais na sociedade monárquica escravista (1871-1889).

Assim sendo, podemos adotar a hipótese bastante genérica de que a “experiência” dos ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, executores de ofícios indignos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão, no processo em que erigiram no Rio de Janeiro as sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), entre 1860 e 1889, esteve marcada pela trajetória dos mecanismos tradicionais de dominação política e cultural, exercidos pelos senhores / chefes de família / proprietários, típicos da sociedade escravista monárquica. E que tal “experiência” logrou criar, ao longo deste período, uma “cultura emergente” específica dos subordinados, ou dependentes, no contexto urbano, na capital do Império.

NOTAS

¹ Moraes Filho, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil*; seus fundamentos sociológicos. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p.182. Ver também: Vianna, Luiz W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.78. Carone, Edgar. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p.33. Lobo, Eulália M. Lehmeyer e Stotz, Eduardo Navarro. “Formação do movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894”, In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, 1985. p.70.

² Gomes, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988. Batalha, Cláudio H. M. *Le syndicalisme “amarelo” à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Thèse de Doctorat de l'Université de Paris I, junho, 1986; A identidade operária no Brasil. *Revista Brasileira de História*, 12 (23/24), set. 1991 – ago. 1992.

³ Batalha, Cláudio Henrique de Moraes. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos do AEL*. Campinas, UNICAMP/IFCH, v.6, n.10/11, p.41-68, 1999..

⁴ Batalha, Cláudio H. M. Op. cit., 1990. p.117-127.

⁵ Idem. p.120.

⁶ Batalha, Cláudio H. M. Op. cit., 1996. p. 53.

⁷ Silva Jr., Adhemar Lourenço da. Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. In: *História-Unisinos*, v.6, n.6, São Leopoldo: Unisinos, 2002. p.185-218.

⁸ Viscardi, Cláudia M. R. *Proteção e socorro: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição*. Juiz de Fora (Paper-Inédito), 2003. *Mutualismo e filantropia: emergência, intervenção do Estado e identidades coletivas*. Juiz de Fora (Paper-Inédito), 2004.

⁹ Chalhoub, Sydney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁰ Nas palavras de Sidney Chalhoub referindo-se a Ilmar Mattos. Ver: Chalhoub, Sidney. Op. cit., 2003. p.18. Mattos, Ilmar Rohloff. *Tempo Squarema*. São Paulo: Hucitec / Instituto Nacional do Livro, 1987.

¹¹ Idem. p. 19/28.

¹² Idem. p. 19/22/24/28.

¹³ Idem. p. 46-47.

¹⁴ Thompson, E. P. *A miséria da teoria*; ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editres, 1981. p. 15.

¹⁵ Idem. p. 182.

¹⁶ Chalhoub, Sidney. Op. cit., 2003. p. 47.

¹⁷ Idem. p. 134-135/74/109/181.